Carta da Prainha

"Sabemos que quem luta conquista
Por isso vamos lutar,
Unir nossos quilombos
Dar as mãos e se organizar".[1]

O Seminário *Ciência, Universidade e Diálogo de Saberes: desafios à justiça ambiental* reuniu, no período de 26 a 28 de março de 2018, na Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, comunidade litorânea de lutas e resistências, em Beberibe/CE, mais de 90 representantes de coletivos de pesquisa em universidades e escolas, movimentos sociais do campo e da cidade, organizações sociais e comunidades de populações tradicionais, quilombolas e indígenas atravessadas por conflitos socioambientais decorrentes da expansão de atividades econômicas como agronegócio, mineração, siderurgia, carcinicultura, turismo predatório, exploração de petróleo e gás, especulação imobiliária, obras e infraestruturas que configuram iniciativas de expansão do capital na América Latina.

Vivemos uma conjuntura adversa que amplia a violência em contexto de conflitos ambientais e é marcada pelo avanço de políticas neoliberais e de caráter neocolonial, de sobre-exploração do trabalho e da natureza, aprofundadas pelo golpe de 2016. As novas regulamentações de austeridade, impostas de forma antidemocrática, visam facilitar e expandir a acumulação capitalista ao tempo em que se reproduz a espoliação dos territórios de povos originários, comunidades tradicionais e movimentos sociais e populares. Há acirramento de conflitos ambientais, criminalização e diferentes formas de violência sobre comunidades e movimentos; retirada de direitos pela reforma trabalhista e pela ameaça da reforma previdenciária e retrocessos na garantia de direitos por meio do desmonte de normas protetivas do Código Florestal e das investidas de fragilização dos processos de licenciamento ambiental.

Tais mecanismos legitimam-se por acordos políticos hegemonizados pelos setores dominantes que intensificam as narrativas de "crescimento" e "desenvolvimento". Somam-se, ainda, ao grave contexto de extermínio da juventude negra e pobre, à inaceitável intervenção militar no Rio de Janeiro, à privatização e à contaminação das águas, à estrangeirização de terras, à violência crescente no campo, ao aumento de chacinas, à violência contra as mulheres e contra a população LGBT, à perseguição e ao assassinato de lideranças e defensores e defensoras de direitos humanos, em um Estado capturado pelos interesses do capital financeiro, especulativo, minerário, agrário e industrial. Compreendemos a relação deste contexto com o patriarcado, o racismo e a colonialidade, estruturas de violências que devem ser diretamente enfrentadas.

[1] Trecho do poema "Santa Rosa – Esses Pretos são danados!".

De forma correlata, resistimos ao desmonte da Universidade Pública promovido pela interdição de investimentos, pelo desmonte da assistência estudantil, pela pressão e subordinação da pesquisa acadêmica aos interesses do mercado e pelos ataques ao processo de democratização da universidade, evidenciados na criminalização, na perseguição, nas tentativas de silenciamento e na censura aos/às pesquisadores/as, com ataques à autonomia universitária. Este desmonte insere-se em um projeto de privatização e elitização da universidade, aliado às campanhas midiáticas que visam legitimar o subfinanciamento e gerar descrédito e desinformação sobre as potências da produção crítica de conhecimento.

Tal realidade, decorrente do avanço dos planos de desenvolvimento, atravessa e desestrutura a vida de comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e camponesas e de seus territórios associados a relevantes ecossistemas e biomas nacionais. Produz, ainda, injustiça e racismo ambiental materializados na apropriação privada de bens comuns; na expropriação e na expulsão de povos e comunidades e na ameaça de destruição da biodiversidade, dos modos de vida e dos conhecimentos de populações associadas a estes territórios. Neste contexto, atuam núcleos de pesquisa contra-hegemônicos de universidades, movimentos sociais e comunidades de forma dialógica para a construção da justiça ambiental.

Nosso encontro mostrou a necessidade de romper com a estrutura que há muito rompeu com povos e comunidades ao desconsiderar seus saberes, suas histórias e suas práticas de educação. Mostrou, ainda, a potencialidade das identidades presentes nas memórias, nas histórias dos lugares, na partilha de experiências individuais e coletivas, nas pontes entre sujeitos, nos saberes e na construção da autonomia de territórios livres onde estão jovens, crianças, idosos/as, mulheres e negras/os, que sentem criticamente como as violências políticas e epistêmicas interferem e limitam as possibilidades de ser.

Para a justiça ambiental e o bem viver, compreendemos a relevância da defesa de uma universidade pública, gratuita, popular, diversa e de qualidade, pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que se oriente por processos de construção compartilhada de conhecimento, aliando os saberes acadêmicos emancipatórios àqueles originários, populares, tradicionais e ancestrais.

Estes processos recusam as formas modernas de produção de ciência que "têm o nome de parceria, mas é colonização"[2], lastreadas em lógicas hierárquicas de dominação, alienação e competição, gerando conhecimentos que impulsionam e/ou legitimam a destruição dos territórios e das múltiplas formas de vida. Nestes territórios, a presença e a emergência de caminhos revelam a existência cotidiana de alternativas a lógicas destrutivas. Tais caminhos residem, por exemplo, na agroecologia; nas práticas de convivência com o semiárido; nos cuidados com as águas, as sementes crioulas e a biodiversidade; nas lutas cotidianas de mulheres, juventudes e negros e negras; na comunicação popular; na partilha de saberes e nas relações de solidariedade que tecem pontes e se articulam em lutas vivenciadas em comunidades, movimentos e redes. Desta forma, constituem princípios éticos para a construção compartilhada de conhecimento para o diálogo de saberes. Além disto, estes caminhos de resistências e alternativas apresentam demandas de conhecimento que vitalizam o campo acadêmico e o desafiam ao diálogo, revisando os pressupostos, os métodos e as validações consolidadas na hegemonia universitária como estratégias-chave para afirmar o compromisso social e político da ciência.

[2] Trecho de cordel apresentado por estudantes da educação básica que constroem conhecimentos críticos nos contextos de conflitos ambientais vivenciados em suas comunidades.

Caracterizamos no diálogo de saberes a presença central de encontros entre comunidades, movimentos sociais e redes de pesquisadores/as que valorizem as diversidades entre os sujeitos e as coletividades, buscando relações emancipatórias, críticas, autocríticas, transversais e transformadoras dos mecanismos de opressão. Assim, as identidades dos territórios, a comunicação e a articulação para enfrentamento das violações de direitos e o fortalecimento da autonomia dos sujeitos políticos balizam nossa compreensão.

Nossos desafios não cabem em conjuntos padronizados de modelos, mas se articulam em lutas comuns que nos demandam reflexão e ação. Neste sentido, identificamos a potência da escuta mútua e da valorização dos encontros de saberes em contexto de conflitos ambientais, cuja construção de pesquisas seja orientada em diálogo com as demandas de conhecimento dos territórios e embasada em metodologias coletivas, horizontais e diversas.

Beberibe, 28 de março de 2018.

"Mas esse povo guerreiro
Quer sair desse vespeiro
E provar que identidade
Não tá só no seu terreiro."[3]

Existimos porque resistimos!

Assinam esta carta as seguintes representações de entidades, instituições, organizações sociais, movimentos sociais, comunidades:
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco; Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde – Beberibe; Campanha Águas do Cerrado e da Caatinga; Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho/UNESP; Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde – CETAS; Centro de Estudos do Trabalho – CETRA; CNPT – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – ICMBIO; Coletivo Graúna/UFC; Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos – CONFREM; Comissão Pastoral da Terra - CPT; Comunidade de Riacho das Pedras/Santa Quitéria; Comunidade do Tomé/Limoeiro do Norte e Quixeré; Comunidade Lagoa do Mato/Itatira; EITA; Fase; Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA/CE; Fórum Ceará no Clima; Fórum Popular das Águas do Cariri; Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/PE; Grupo de Estudos em Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA/UFMA; Grupo de Estudos sobre Temáticas Ambientais - GESTA/UFMG; Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território – NATERRA/UECE; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ; Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS; Instituto Terramar; Laboratório de Cartografia Social -LABOCART /UFC; MAM – Movimento Pela Soberania Popular na Mineração; Mandato É tempo de resistência/Psol-CE; Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST; Movimento em Defesa da Ilha/MA; Movimento Justiça nos Trilhos; NEEPA – Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas – NEEPA; Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde – TRAMAS/UFC; Programa Residência Agrária/UFC; Rede Brasileira de Justiça Ambiental; Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Apodi/RN; Universidad Nacional de Córdoba-UNC/Argentina; Universidade Federal do Cariri - UFCA; Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB; UNISINOS; Urucum - Direitos Humanos, Comunicação e Justiça.

[3] Trecho do poema de Alberto, morador da comunidade do Tomé/CE, elaborado durante o Seminário Ciência, Universidade e Diálogo de Saberes.